

Uma Proposta para a Elaboração do Balanço Social



Martin Airton Wissmann, M.Sc.

Resumo

A sistemática proposta neste trabalho sugere um grupo de quatro demonstrativos, os quais compõem o que se denomina de Balanço Social, no qual alguns princípios que promovem a divulgação das ações sociais são mantidos. Porém, a diferença principal dos Balanços Sociais, comumente utilizada pelas empresas está no Demonstrativo de Indicadores Espontâneos e obrigatórios, o que sugere uma sistemática inovadora para apresentação das ações sociais. Isso facilita a identificação e análise dos dados, pois apresenta o resultado do comportamento social da empresa, num determinado período. Uma proposta de implementação de Balanço Social com a demonstração de indicadores espontâneos e obrigatórios tende a facilitar a análise desenvolvida pelos usuários, podendo identificar com maior clareza as ações sociais promovidas pela empresa, assim como servir de apoio à gestão empresarial, pois busca promover a visualização da postura da instituição frente ao meio, podendo direcionar procedimentos que qualifiquem a empresa como socialmente responsável.

Palavras Chave: Responsabilidade; Balanço; Social; Demonstrativo; Indicadores.

1 Introdução

Devido à influência da atividade econômica no meio social, e na busca de minimizar as influências negativas, a ação controladora e fiscalizadora sofrida pelas organizações pressiona estas a procederem formas de preservar ou recuperar o meio social no qual estão inseridas, buscando desta forma demonstrar o seu compromisso com a sociedade.

Concebendo como fato certo a situação que ora se configura, que identifica a necessidade das entidades se organizarem no intuito de atender às exigências da sociedade como um todo, cumprindo com sua Responsabilidade Social, e que esta está sendo demonstrada no Balanço Social, torna-se necessário questionar se os dados apresentados neste demonstrativo são realmente demonstrações de Responsabilidade Social.

Na busca de atender as exigências sociais, algumas organizações estão tornando este demonstrativo uma simples forma de divulgar os valores monetários que são aplicados com empregados, com programas sociais, em recuperação de recursos naturais, entre outros. Parte-se da hipótese que, em algumas empresas o verdadeiro sentido da Responsabilidade Social não está sendo respeitado, tornando o Balanço Social simples formalidade ou um demonstrativo somente com estratégia de *marketing*. Em sua composição, normalmente, estão apresentadas informações que somente representam a obrigação natural da organização e não sua função social.

1.1 Objetivos

O objetivo geral deste artigo é apresentar uma proposta de Balanço Social que possa facilitar a interpretação dos dados apresentados pelas empresas, identificando os valores monetários resultantes das ações sociais promovidas, apurando a diferença entre o que pode ser considerado de iniciativa espontânea ou obrigatória de forma a identificar se houve um *superávit* ou *déficit* social no período demonstrado.

Para a consecução do objetivo geral têm-se os seguintes objetivos específicos:

- demonstrar a evolução e conceituação da Responsabilidade Social e do Balanço Social;
- identificar a nomenclatura, comumente utilizada para representar as ações sociais, de forma a classificar as contas de acordo com sua representação de ação de iniciativa espontânea da empresa ou obrigatórias para ela;
- demonstrar uma proposta de Balanço Social que possa facilitar a análise do comportamento social das empresas.

1.2 Justificativa


Embora o assunto ligado à responsabilidade social, no Brasil, tenha sua história marcada a partir da década de 60, os últimos anos têm demonstrado um grande desenvolvimento da conscientização da sociedade em relação ao tema e conseqüente exigência em relação à postura das empresas.

Promovida pela sociedade, pelos órgãos públicos e por entidades não governamentais, essa exigência recai diretamente sobre as empresas que, de acordo com os movimentos de internacionalização e globalização dos mercados demonstram um novo perfil estratégico e corporativo no meio empresarial, buscando proceder de forma a desenvolver uma gestão que atenda critérios econômicos, ecológicos e sociais.

Essa gestão tem originado um comportamento, por parte das empresas, que transcende a finalidade de obter lucros. O resultado desse comportamento vem sendo difundido com o passar dos anos estimulando as empresas a demonstrá-lo. Entretanto, isso vem ocorrendo sem uma padronização, o que originou vários modelos de Balanço Social, dificultando a análise por parte dos usuários, principalmente quanto ao real significado de empresa socialmente responsável.

1.3 Importância

O desenvolvimento de ações sociais e ambientais e a divulgação desses indicadores torna-se de extrema importância para uma sociedade que se preocupa com o papel social de suas instituições. Assim, além das informações monetárias, a empresa está sendo conduzida



a prestar informações sobre as ações de cunho social que desenvolve.

Ocorre, porém que em determinados casos, os dados demonstrados no balanço social apresentam um certo distanciamento do real significado que caracteriza uma ação que demonstre a responsabilidade social da organização. Dessa forma, torna-se necessário identificar meios que possibilitem a apuração deste distanciamento e conseqüentemente proponha uma forma de demonstrar esses dados, apurando no próprio demonstrativo, o resultado das ações desenvolvidas pelas organizações, que realmente sejam representação de comportamento social.

1.4 Metodologia

No presente trabalho, apresenta-se uma proposta de elaboração do Balanço Social. Quanto aos procedimentos realizou-se uma pesquisa bibliográfica e de campo que, segundo Andrade (1997), baseia-se na observação direta dos fatos. O pesquisador efetua a coleta de informações de acordo com a ocorrência dos fatos, enquanto que a pesquisa bibliográfica pode constituir-se em procedimento preparatório para a realização de outra pesquisa, tendo em vista descobrir as necessidades, características e processos na identificação e demonstração dos indicadores (SEVERINO, 2000).

A pesquisa de campo visou proporcionar um estudo acerca do modo como vem sendo tratado o tema numa realidade prática, a fim de corroborar os resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica.

Com base nesta pesquisa promoveu-se uma avaliação entre obrigatoriedade e espontaneidade buscando identificar e classificar as ações sociais de forma a demonstrá-las em separado apurando a diferença qualitativa e quantitativa dos indicadores promovidos.

2 Desenvolvimento

2.1 Evolução da Responsabilidade Social

No Brasil, de acordo com Torres (2001), o início da mudança de mentalidade empresarial já pôde ser notada desde meados da década de 60. E, nesse sentido, a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicada em 1965, é um marco histórico do início da utilização explícita da expressão Responsabilidade Social diretamente associada às empresas no país. Mesmo a partir dessa idéia, que começou a ser discutida e difundida ainda nos anos 60, após a criação da ADCE – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, demorou até a segunda metade dos anos 70 para difundir-se amplamente. As principais manifestações estavam concentradas no Estado de São Paulo. Criado por meio do Decreto-lei nº 76.900/75, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), foi o primeiro relatório obrigatório que aborda aspectos sociais e de recursos humanos.

O processo evolutivo, segundo Torres (2001), continuou a partir dos anos 80, com o fortalecimento dos sindicatos, o surgimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), e com a participação da sociedade através das greves, que reivindicavam ações relacionadas às questões étnicas e

raciais, às conquistas feministas e os embates dos ambientalistas. A discussão em torno da atuação social das empresas e da construção de uma ética empresarial acabou tendo conseqüências concretas, muitas empresas começaram a investir em áreas sociais, tradicionalmente ocupadas somente pelo Estado, alterando também as formas de se relacionarem com funcionários e fornecedores, ao mesmo tempo, iniciando mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente e às comunidades mais próximas. A partir do momento que essas novas ações começaram a aumentar e tornaram-se significativas, surgiu a necessidade de torná-las visíveis à sociedade. Para esse efeito foram utilizados alguns relatórios sendo inicialmente denominados Relatórios de Atividades Sociais, e posteriormente com evolução de forma e conteúdo, começaram a ser denominados de Balanço Social.

2.2 Conceitos de Responsabilidade Social

Buscando fornecer algum apoio conceitual sobre Responsabilidade Social, alguns autores assim se manifestam:

- a noção de Responsabilidade Social remete para a atitude da empresa – em face das exigências da sociedade, em conseqüência de suas atividades – a avaliação e compensação dos custos sociais que a mesma gera e a ampliação do campo de seus objetos, definindo o papel social a desenvolver para, assim, obter legitimidade e responsabilidade perante os diversos grupos humanos que a integram e a comunidade em seu conjunto, de acordo com Carvalho (1990);

- segundo Ferreira (1974, p.1050), Responsabilidade Social significa “Qualidade de responsável; obrigação de responder pelos próprios atos ou pelos de outrem; capacidade de entendimento ético-jurídico e de adequada determinação volitiva, que se constitui pressuposto penal necessário da punibilidade”;

- Responsabilidade Social é fundamentalmente um conceito ético que envolve mudanças nas condições de bem-estar e está ligada às dimensões sociais das atividades produtivas e suas ligações com a qualidade de vida na sociedade. Portanto, consubstancia-se na relação entre a empresa e seu ambiente de negócios, segundo Donaire (1999);

- para o Instituto Ethos (2005), o conceito de Responsabilidade Social é amplo, referindo-se à ética como princípio balizador com os quais a empresa interage. A questão da Responsabilidade Social vai além da postura legal de gestão empresarial, com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos;

Vários outros conceitos e autores podem ser citados, buscando dar um resumo do que se entende por responsabilidade social das empresas um deles, Tinoco (2001, p.114), escreveu:

“...entendemos que nos dias atuais, e nos de sempre, a grande responsabilidade social das organizações consiste em gerar renda e emprego, distribuídos de forma mais eqüitativa do que vem ocorrendo, a todos os envolvidos em sua geração, propiciando àqueles que estão afastados de seus

postos de trabalho e do mercado, perspectivas de ingresso neste, especialmente nos países denominados de terceiro mundo, particularmente o Brasil. As entidades devem satisfazer adequadamente às demandas de seus clientes e de seus parceiros nos negócios e atividades e especialmente divulgar e dar transparência aos agentes sociais e a toda a sociedade de sua inserção no contexto das relações econômicas, financeiras, sociais, ambientais e de responsabilidade pública por meio do Balanço Social, que é o relatório apropriado para isso”.

2.3 Balanço Social

O Balanço Social, demonstrativo gerado a partir desta evolução, tem-se mostrado como a principal forma de apresentar as ações desenvolvidas pelas empresas em prol da sociedade. Definir um modelo que possa servir para as diversas organizações tem sido a maior dificuldade dos estudiosos da área, principalmente no que diz respeito a identificação dos componentes necessários para representação das ações que têm realmente conotação social, e que sejam de fácil compreensão pelos usuários desta informação.

Segundo Sá (2000), o Balanço Social foi inicialmente desenvolvido na década de 50, embora na Alemanha em 1939, a empresa AEG já publicasse tal peça.

No Brasil, é crescente o número de entidades que revelam preocupações em demonstrar suas ações na área social e ambiental.

De acordo com Torres (2001), no ano de 1984, foi publicado, de maneira completamente voluntária, o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira, o relatório de atividades sociais da Nitrofertil, empresa estatal que se situava no Estado da Bahia. Esse Balanço Social é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero a carregar essa denominação.

Em 1997, o sociólogo Herbert de Souza, por intermédio do IBASE, em ato público realizado em 18 de junho, no Rio de Janeiro, inicia campanha pela divulgação de um Balanço Social das empresas, no Brasil. A CVM (Comissão do Valores Mobiliários), quase na mesma época, sob a forma de minuta de instrução, propõe a apresentação obrigatória do Balanço Social. Em novembro de 1997, em parceria com a Gazeta Mercantil, o IBASE lança o selo do Balanço Social, para estimular a participação das companhias. O selo, num primeiro momento, seria oferecido a todas as empresas que divulgassem o Balanço Social no modelo proposto pelo IBASE. A partir de 1997, o tema passou a ser objeto de estudos dos legislativos nacional, estadual e municipal, passando por várias discussões e propondo várias maneiras de premiação em forma de reconhecimento das ações sociais desenvolvidas pelas organizações, conforme relata Tinoco (2001).

No Brasil, não há lei a nível federal que regulamente a publicação do Balanço Social. Ao longo dos anos alguns Projetos de Lei foram encaminhados à Câmara dos Deputados, porém, em nenhuma das tentativas chegou a ser encaminhado à pauta de votação.

Na esfera estadual, alguns estados aprovaram a

obrigatoriedade de publicação baseando-se a exigência de publicação no número de empregados, principalmente. O mesmo ocorre na esfera municipal.

Diversas ONGs têm demonstrado interesse, no Brasil, em auxiliar as empresas na elaboração do Balanço Social. Entre as principais organizações, pode-se citar o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, com significativos resultados, a partir do apoio às empresas.

O modelo de Balanço Social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE é utilizado por várias empresas no Brasil. Nesse modelo, são apresentados indicadores laborais (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência, saúde, educação, creches e participação nos resultados), indicadores sociais (tributos, contribuições para a sociedade, investimentos em meio ambiente) e indicadores do corpo funcional (nº de empregados, nº de admitidos, nº de mulheres em cargo de chefia, nº de empregados portadores de deficiência), além de outras informações consideradas relevantes ao exercício da responsabilidade social, conforme consta no modelo veiculado no site do IBASE (2005).

De acordo com CFC (2005), com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004, o órgão de representação dos Contabilistas aprovou a NBCT 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual tornou obrigatória a elaboração e divulgação do Balanço Social, a partir de 01 de janeiro de 2006, em complementação às demonstrações contábeis, devendo fornecer as seguintes informações:

- Geração e Distribuição de Riqueza
- Recursos Humanos
- Interação da Entidade com o Ambiente Externo
- Interação com o Meio Ambiente

2.4 Implementação da Proposta do Balanço Social

A proposta de elaboração do Balanço Social consiste na estruturação de quatro demonstrativos. O primeiro trazendo indicadores sociais instituídos previamente, por meio do qual a empresa somente cumpre a determinação legal; o segundo, composto pelas informações sociais não-monetárias, relatando as ações sociais desenvolvidas pela empresa; o terceiro, com os indicadores sociais espontâneos e obrigatórios, o qual, de acordo com a sua estrutura, tem a finalidade de facilitar a análise de forma que as ações sociais desenvolvidas pela empresa, consideradas espontâneas, possam ser identificadas e utilizadas na apuração da diferença em relação as obrigações sociais impostas por ato legal ou outro processo que obrigue o cumprimento e o quarto demonstrativo, tem a finalidade de acompanhar a cada ano a evolução da situação social da empresa.

2.5 Composição do Balanço Social proposto

O Balanço Social apresenta-se estruturado de forma a propiciar informações que demonstrem separadamente os recolhimentos que estão instituídos previamente, para empresa, as informações não-monetárias, as ações promovidas espontaneamente, constituindo sua realização

B A L A N Ç O S O C I A L	EMPRESA	Composição: Apresentação da Empresa.....Pg Indicadores Sociais Instituídos Previamente.....Pg Informações Não-Monetárias.....Pg Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios.....Pg	Apresentação da empresa Nome: Endereço: Atividade Econômica: Constituição: Administradores: Missão:																														
	ANO																																
DEMONSTRATIVO DE INDICADORES SOCIAIS INSTITUÍDOS PREVIAMENTE		DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS NÃO-MONETÁRIAS																															
<table border="1"> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table>																	<table border="1"> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table>																
DEMONSTRATIVO DE INDICADORES SOCIAIS ESPONTÂNEOS E OBRIGATORIOS																																	
		ATIVO	PASSIVO																														
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO RESULTADO SOCIAL LÍQUIDO - DMRSL																																	
<table border="1"> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table>																																	

Figura 01 - Exemplo de confecção do Balanço Social

um ato de Responsabilidade Social, e as ações instituídas por lei, convenção de trabalho ou obrigatórias por imposição legal, devido a condução inadequada da atividade ou ato lesivo aos empregados, consumidores, governo, sociedade e meio ambiente, conforme estrutura demonstrada na figura 01.

2.6 Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente

As contas que compõem o primeiro demonstrativo são

Base de Cálculo	2001 (Valores em Mil R\$)	
Receita Operacional Líquida (ROL)		
Resultado Operacional (RO)		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		
Indicadores Sociais Internos	Valores em R\$	% sobre FPB
Alimentação		
Moradia e Habitação		
Segurança e Higiene		
Tratamento		
Saúde		
Creches ou Auxílios a Creches		
Participação nos Resultados		
Distribuição de Dividendos		
Transporte		
Total		
Indicadores Sociais de Administração Pública	Valores em R\$	% sobre ROL
Encargos Sociais		
Impostos Federais		
Impostos Estaduais		
Impostos Municipais		
Outros		
Total		
Indicadores - Exigência Legal	Valores em R\$	% sobre ROL
Equipamentos para Eliminação de Toxicidade		
Equipamentos de Tratamento de Água		
Laboratórios de Monitoramento da Água, Ar e Solo		
Dispositivos de Segurança em Maquinários		
Área de Preservação Ambiental		
Outros		
Total		

Figura 02 – Formulário modelo do Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente

resultantes da instituição prévia por parte dos órgãos competentes, portanto de conhecimento da empresa no ato de sua constituição ou durante o desenvolvimento de sua atividade.

Este demonstrativo, conforme figura 02, busca apresentar os valores que a empresa gasta com empregados, com a administração pública, com segurança e preservação, instituídos previamente.

Embora, na maioria dos Balanços Sociais divulgados, estes indicadores sejam demonstrados como as principais ações sociais promovidas pela empresa, não se quer caracterizar, nesta proposta, que o recolhimento de impostos no prazo determinado, o pagamento de salários, encargos sociais, previdência, segurança e higiene, entre outros, não devam ser consideradas iniciativas sociais, pois tais recolhimentos têm como finalidade, em sua maioria, a manutenção da ordem social, gerida pela administração pública. Em que pesa o exposto deste trabalho é diferenciar a ação social promovida pela empresa, o que não caracteriza nenhuma obrigação instituída previamente.

As informações que compõem este demonstrativo, conforme Figura 02, deverão ser caracterizadas pelos valores designados pela empresa, originários de cumprimento de determinação que obriga o seu recolhimento. Os indicadores monetários constantes neste, são resultado do cumprimento de obrigação que, regulamentada, determina o pagamento de salários, encargos, impostos, entre outros, assim como equipamentos de prevenção e controle que, para a atividade da empresa, sejam obrigatórios.

2.7 Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias

Este demonstrativo, conforme Figura 03, tem como finalidade a apresentação das ações desenvolvidas pela empresa que não exigem envolvimento financeiro

Informações do Corpo Funcional	Total
Número de empregados ao final do período	
Número de admissões durante o período	
Número de demissões durante o período	
Número médio de empregados no período	
Número de empregados terceirizados	
Número de empregados estrangeiros	
Número de empregados adolescentes	
Número de empregados acima de 45 anos	
Número de mulheres que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	
Número de negros que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por negros	
Número de empregados portadores de deficiência	
Número de empregados que estudam	
Número de acidentes de trabalho	
Número de reclamações trabalhistas	
Relação entre o maior e o menor salário na empresa	
Outras informações	
Descrição de Projetos Sociais	
<i>Relacionados aos empregados:</i>	
<i>Relacionados ao meio ambiente:</i>	
<i>Relacionados aos consumidores:</i>	
<i>Relacionados à comunidade:</i>	
<i>Relacionados ao Governo e a Sociedade:</i>	
<i>Outros:</i>	

Figura 03 – Formulário modelo do Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias

diretamente.

Observa-se, porém, que por ser apresentado em forma de texto, os valores ocorridos em função de aplicação prática destes projetos, estarão compondo o Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente, o Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, ou comporão estes demonstrativos quando o projeto for efetivamente posto em prática, no próximo período.

A apresentação de informações referente ao número de mulheres e negros trabalhando na empresa e ocupando cargo de chefia, compõem o demonstrativo de indicadores não-monetários. Porém, deve-se observar as características regionais, onde a instituição está inserida. Entretanto, embora estes indicadores estejam contemplados maioria dos Balanços Sociais divulgados, é importante uma profunda análise da necessidade de serem apresentados.

2.8 Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios

Esse demonstrativo tem como finalidade apresentar somente indicadores monetários que resultaram da ação social da empresa, a qual, por ter sido desenvolvida por iniciativa própria – espontânea – estará classificada no Ativo Social, ou por determinação legal – obrigatória – será classificada no Passivo Social.

Nesse demonstrativo as contas serão classificadas segundo elementos dos indicadores sociais que representam, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação social da companhia.

Dividido em dois grandes grupos, o Ativo Social e o Passivo Social têm a seguinte finalidade:

- no **Ativo Social** serão demonstrados os indicadores sociais promovidos pela empresa de forma voluntária. Tem por finalidade demonstrar o comportamento social da empresa a partir das ações promovidas espontaneamente, ou seja, que em nenhum momento houve a exigência para sua realização.

- no **Passivo Social** serão demonstrados os indicadores sociais contraídos pela empresa, caracterizando obrigação do cumprimento, por cometer ato infracionário ou originar de sua atividade danos aos empregados, sociedade, aos investidores e ao meio ambiente, resultando em necessidade de reparo, recuperação, indenização, ou outra obrigação de cunho

social. Tem por finalidade demonstrar o comportamento social da empresa a partir dos gastos originários do não cumprimento de determinações instituídas previamente ou de ato que cause dano de cunho social.

O Ativo Social e o Passivo Social são divididos em subgrupos. Dentro de cada um destes subgrupos serão classificadas as contas, qualificando a ação desenvolvida pela empresa, de acordo com o período de realização e a representação em relação ao resultado esperado, podendo ser investimento direto em ações sociais, ou através de aquisição de equipamentos de proteção ou prevenção, ou ainda, por atendimento a determinação legal.

ATIVO SOCIAL		PASSIVO SOCIAL	
ATIVO SOCIAL DE CURTO PRAZO		PASSIVO SOCIAL DE CURTO PRAZO	
<i>Indicadores Sociais Internos</i>		<i>Indicadores Sociais Internos</i>	
Gratificações Salariais		Multas/Juros/Encargos:	
Previdência Privada		- Encargos Sociais	
Seguro de Vida		- Previdência Privada	
Saúde		- Impostos Federais	
Moradia e Habitação		- Impostos Estaduais	
Segurança e Higiene		- Impostos Municipais	
Alimentação		Saúde	
Transporte		Moradia e Habitação	
Educação e Treinamento		Segurança e Higiene	
Esporte e Lazer		Alimentação	
Creches ou Auxílios a Creches		Transporte	
Participação nos Resultados		Indenizações	
Distribuição de Dividendos			
		<i>Indicadores Sociais Externos</i>	
<i>Indicadores Ambientais</i>		Obrigações com a Sociedade:	
Prevenção Ambiental		- Educação	
Maintenance Área de Preservação		- Cultura	
Pesquisa Ambiental		- Saúde e Saneamento	
Programa de Educação Ambiental		- Habitação	
Desenvolvimento de Produtos Ecologicamente Corretos		- Esporte e Lazer	
Ações de Reaproveitamento e Racionalização do Uso		- Creches	
Fornecimento e Treinamento de Equipes para Controle Ambiental		- Alimentação	
		- Pesquisa	
		- Indenizações	
		<i>Indicadores Ambientais</i>	
ATIVO SOCIAL DE LONGO PRAZO		Multas Ambientais	
Moradia e Habitação		Gastos com Prevenção	
Educação e Treinamento		Programa de Educação Ambiental	
Prevenção Ambiental		Gastos com Acidentes Ambientais	
Pesquisa Ambiental		Recuperação de Área Degradada	
Programa de Educação Ambiental		Ações de Reaproveitamento e Racionalização do Uso	
		Fornecimento e Treinamento de Equipes para Controle Ambiental	
Desenvolvimento de Produtos Ecologicamente Corretos		Maintenance de Área de Preservação	
Ações de Reaproveitamento e Racionalização do Uso			
Fornecimento e Treinamento de Equipes para Controle Ambiental			
ATIVO SOCIAL PERMANENTE		PASSIVO SOCIAL DE LONGO PRAZO	
<i>Imobilizado</i>		<i>Indicadores Ambientais de Longo Prazo</i>	
Equipamentos Tratamento de Água		Multas Ambientais	
Área de Preservação Ambiental		Gastos com Prevenção	
Reflorestamento		Programa de Educação Ambiental	
Área de Tratamento de Água		Recuperação de Área Degradada	
Laboratórios de Monitoramento da Água, Ar e Solo		Ações de Reaproveitamento e Racionalização do Uso	
Equipamentos para Eliminação de Toxicidade dos Resíduos de Produtos Acabados		Fornecimento e Treinamento de Equipes para Controle Ambiental	
Dispositivos de Segurança		Maintenance de Área de Preservação	
Instalação de Anti-Contaminantes (Filtros/Chaminés)			
		RESULTADO SOCIAL LÍQUIDO	
		Superávit Social	
		Déficit Social	
TOTAL DO ATIVO SOCIAL		TOTAL DO PASSIVO SOCIAL	

Figura 04 – Formulário modelo do Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios

No Ativo Social, as contas serão dispostas nos seguintes subgrupos:

a) ativo social de curto prazo:

Nesse subgrupo serão relacionados os indicadores promovidos espontaneamente pela empresa, a curto prazo, ou seja, valores atribuídos às ações sociais no período de um ano, tendo sido concluídos e observados seus resultados dentro do mesmo período.

b) ativo social de longo prazo:

Neste subgrupo serão relacionados os indicadores promovidos espontaneamente pela empresa, a longo prazo, ou seja, os valores atribuídos às ações sociais que serão concluídas assim como observados seus resultados após o término do período, portanto no próximo ano, porém, exigiram gastos no período analisado.

c) ativo social permanente:

O subgrupo permanente, conforme o próprio nome sugere, será composto pelos gastos promovidos para a manutenção da atividade da empresa, em bens com vida útil ampliada, portanto que serão utilizados por vários anos, porém, adquiridos espontaneamente pela empresa não caracterizando substituição de equipamento existente ou atendimento a determinação de órgão fiscalizador.

Em virtude da substituição de equipamentos não caracterizar indicador social, não serão apurados os valores referente a depreciação, pois a ação social ficou caracterizada na aquisição, demonstrando espontaneidade e não obrigatoriedade, portanto, ao final de sua vida útil a substituição não significará, novamente, ação social, e sim, simples cumprimento da necessidade.

No Passivo Social, as contas serão classificadas nos seguintes subgrupos:

a) passivo social de curto prazo:

O passivo, composto pelas obrigações impostas em função de ação imprópria, ou resultantes da atividade da empresa, prevê para o passivo social de curto prazo o registro das contas que representam o pagamento realizado pela empresa, dentro do período analisado, de valores resultantes de recuperação e reparo, indenizações, multas, entre outras, significando o ressarcimento de dano causado aos empregados, investidores, meio ambiente e a sociedade como um todo sendo observados seus resultados, durante o mesmo período.

b) passivo social de longo prazo:

Esse grupo será composto pelas obrigações que, a exemplo do circulante, sejam impostas por legislação específica, resultante de ação imprópria ou da atividade da empresa, porém, a longo prazo, ou seja, resultam do cumprimento de determinação judicial ou não, sendo seus resultados perceptíveis após o término do exercício.

A classificação como longo prazo tem por objetivo fornecer, ao usuário, informações que demonstrem a amplitude e as conseqüências da obrigação, portanto,

mesmo que os valores tenham ocorrido no período analisado, sendo estes de cumprimento imposto para empresa, seus resultados serão observados no período seguinte.

c) resultado social líquido.

Nesse grupo, podendo ser considerado o resumo de todo o demonstrativo, será registrada a diferença entre o Ativo Social composto pelas ações espontâneas promovidas pela empresa, e o Passivo Social composto pelas ações obrigatórias impostas para a empresa (rever período, confuso..).

O fato de realizar a apuração matemática do resultado social não tem por finalidade quantificar a importância de cada indicador promovido pela empresa e sim identificar através de uma expressão lógica, se a empresa agiu socialmente de forma espontânea ou obrigatória.

A apuração dar-se-á a partir das seguintes expressões:

a) $\text{Ativo Social} > \text{Passivo Social} = \text{Superávit social}$

Representa que a empresa demonstrou um comportamento social mais espontâneo, agindo por iniciativa própria ou cumprindo as determinações legais previamente estipuladas, dentro do prazo, superando o passivo social;

b) $\text{Ativo Social} < \text{Passivo Social} = \text{Déficit Social}$

Representa que a empresa apresentou um comportamento que não chega a assumir um caráter socialmente responsável. Demonstra que a empresa agiu, na sua maioria, em função de determinações legais, de ações impostas, portanto, reparando mais do que prevenindo, cumprindo suas obrigações sociais previstas fora do prazo, investindo pouco em prol dos empregados, sociedade e meio ambiente;

c) $\text{Ativo Social} = \text{Passivo Social} = \text{Equilíbrio Social}$

Representa que na apuração da diferença entre as ações espontâneas e obrigatórias, ambas tiveram o mesmo resultado matemático, portanto, demonstrando que houve um equilíbrio no comportamento social da empresa no período.

2.10 Demonstrativo das Mutações do Resultado Social

Líquido – DMRSL

Esse demonstrativo, a ser elaborado a partir do Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, tem como função informar as mutações do resultado social líquido, ocorridas de um período para outro.

Trata-se de uma forma resumida de apresentar o resultado

DMRSL – DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO RESULTADO SOCIAL LÍQUIDO	
	Valores em R\$
Saldo Social em 31 de dezembro de XX	0,00
Superávit Social	0,00
Déficit Social	0,00
Saldo Social em 31 de dezembro de XX+1	0,00

Figura 05 – Formulário modelo do DMRSL - Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido

social, a partir do resultado social líquido, apurado no demonstrativo de indicadores sociais espontâneos e obrigatórios, a cada novo período, aumentando ou diminuindo

seu resultado a partir da *performance* social da empresa.

O resultado do período será apurado a partir do saldo do exercício anterior adicionando, caso a empresa tenha obtido *superávit* social, ou diminuindo caso a empresa tenha apurado *déficit* social.

Este demonstrativo, conforme Figura 05, tem caráter cumulativo, positivo ou negativo, por considerar que uma empresa no ano $x + 2$, por exemplo, possa apresentar déficit social, porém nos anos x e $x + 1$, tenha feito investimentos sociais, como por exemplo, a designação permanente de área de preservação ambiental, auxílio a projetos educacionais, auxílio a entidades sociais através de campanhas específicas, entre outras, tendo representado um montante financeiro significativo, não podendo ser ignorado ou esquecido.

Dessa forma, é possível que uma empresa possa realizar em um ano, investimentos sociais que faria em cinco anos, com isso evitando que a mesma o faça de forma fragmentada, ano a ano, para obter *superávit* a cada novo período, privando os interessados ao acesso imediato à ação social.

3 Conclusões

Com base no significado de Responsabilidade Social e apoiado nos Balanços Sociais, comumente apresentados, observa-se a necessidade de uma reestruturação nos demonstrativos que hoje existem de forma a torná-los mais elucidativos, através de uma nomenclatura de fácil interpretação e com uma disposição de contas que possa facilitar a apuração do resultado social.

É importante reforçar que os BSs atualmente apresentados não deixam de atingir os objetivos para os quais foram confeccionados, porém, propõem um direcionamento que sugere a disponibilização de informações que atendam, principalmente, aos interesses da empresa.

Nesta proposta de Balanço Social tem como base a necessidade da ampliação das informações fornecidas e da elaboração de demonstrativos que facilitem a interpretação e análise dos indicadores, por parte do usuário ou interessado, demonstrando com mais clareza o comportamento social promovido pelas empresas.

Estruturado a partir de quatro demonstrativos, cada qual com uma finalidade em específico, busca-se deixar evidente que todos os indicadores sociais produzidos pela empresa serão apresentados, porém, classificados em seu demonstrativo de acordo com sua função.

Em se tratando de ações previamente instituídas pela legislação ou por convenção, fica caracterizado pela proposta que estas também têm conotação social, porém não como muitas publicações o desejam. Por considerar que era do conhecimento da empresa, no ato de sua constituição ou foi determinado durante seu funcionamento, derivados de sua atividade, o cumprimento é caracterizado por ato legal, portanto, embora o agente ativo da obrigação venha a revertê-lo em prol do bem estar social, considera-se ser esta uma ação indireta de Responsabilidade Social.

Dessa forma, para estes recolhimentos, o Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente busca

apresentar aos usuários e interessados uma visão do comportamento da empresa frente ao seu papel de agente passivo da obrigação, o qual tem conotação social pela destinação a ser dada pelo agente ativo, normalmente o poder público.

Ao se propor o Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias, sendo mais um componente do Balanço Social, objetiva-se oportunizar uma forma para que a empresa possa repassar informações do corpo funcional e principalmente tenha um espaço para relatar seus projetos sociais, em forma de texto.

Tornando-se o diferencial da proposta, o Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios visa demonstrar, através de uma estrutura indutiva, o real comportamento social da empresa, pois estarão relacionadas neste demonstrativo somente as ações sociais espontâneas, promovidas pela empresa e as obrigatórias, exigidas da empresa, resultando da diferença destas, o *déficit* ou *superávit* social.

Na busca de demonstrar a evolução do comportamento social da empresa, a cada ano, de forma cumulativa, utiliza-se o DMRSL, demonstrativo no qual será apresentado, ao final do período, o saldo acumulado em relação ao período anterior, podendo ser superior ou inferior.

Referências

- ANDRADE, M. M. **A pesquisa científica**. In: Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1997.
- CARVALHO, J. Eduardo. **O balanço social da empresa: uma abordagem sistêmica**. Lisboa: Minerva, 1990.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental** Disponível em http://www.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login. Acessado em 08 de maio de 2006.
- DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Legislação relacionado com o Balanço Social e a Responsabilidade Social das empresas**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/>>. Acessado em: 15 de setembro de 2005.
- INSTITUTO Ethos. **Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial**. Versão 2005.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Considerações gerais sobre a contabilidade aplicada ao meio ambiente natural**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano 29, n. 122, mar./abr. 2000.
- SEVERINO, Antonio Joaquim, **Metodologia do Trabalho Científico**. 21.ed. São Paulo Cortez, 2.000
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.
- TORRES, Ciro. **Responsabilidade social e transparência**. Disponível em <<http://www.ibase.com.br>> Aceso em 24 fevereiro 2001.



Martin Airton Wissmann, Ms.

Professor e Coordenador de Ciências Contábeis
UNIPAN - Cascavel/PR
contabeis@unipan.br